

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 537.879 - RS (2019/0300323-6)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : DOGLAS JOSÉ BENTO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : DOGLAS JOSÉ BENTO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Por carta, **Douglas José Bento** alega que está sofrendo constrangimento ilegal por ato atribuído ao Juízo da 2ª Vara de Execuções Criminais da comarca de Porto Alegre/RS (autos n. 109684-2). Aduz que no julgamento de *writ* originário, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul afastou a ocorrência de excesso de prazo. Sustenta que está aguardando, em regime fechado, a audiência para justificar a falta grave há mais de 1 ano. Afirma, assim, existir excesso de prazo, requerendo a imediata expedição da ordem para o retorno ao regime semiaberto.

É o relatório.

No caso, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial, afinal não há documentos instruindo o pedido. **Indefiro** a medida liminar requerida.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça e ao Juízo *a quo*, sobretudo quanto ao alegado excesso de prazo e acerca da atual situação do impetrante/paciente. Estabeleço o prazo de 10 dias para que sejam prestadas.

Solicitem-se, também, cópia das decisões de primeira e segunda instâncias.

Depois de juntadas, intime-se a Defensoria Pública estadual para se manifestar em até 10 dias e trazer aos autos os documentos que entender pertinentes.

Transcorrido o prazo, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

